

Boletim

Nº 2103 - Ano 47 - 14 de junho de 2021

Marcelo Lustosa | Cedecom UFMG



TIJOLO POR TIJOLO

As atividades extensionistas orientam-se por ideias que Paulo Freire defendeu com paixão e método. Ele é o homenageado da 20ª Jornada de Extensão da UFMG, destaque desta edição do BOLETIM, que focaliza iniciativas como o cursinho popular Guimarães Rosa, o curso de astronomia para professores da rede básica e a capacitação de docentes que atuam na EJA – todas guiadas pela máxima segundo a qual “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.

PAULO FREIRE, o pensador do diálogo, da autonomia e da esperança*

Claudia Mayorga**

A trilogia *Pedagogia do oprimido*, *Pedagogia da esperança* e *Pedagogia da autonomia* e todo o pensamento de Paulo Freire foram forjados no Brasil e na América Latina da década de 1960. Contudo, o conjunto da sua obra é marcado por uma vasta produção teórica que influenciou pensadores de várias áreas, em lugares tão diversos como o próprio Brasil, o Canadá, a Europa e a África. Sua teoria e sua práxis cruzaram as fronteiras das disciplinas e dos espaços geográficos e criaram raízes em solos que transcendem o da Educação, como a Medicina, as Ciências Sociais, a Filosofia e a Psicologia.

A heterogeneidade e a complexidade da obra de Freire não impossibilitaram a identificação de alguns temas centrais do seu pensamento, cuja reformulação dialética sempre se deu com base no binômio *educação e política*, constituindo síntese original entre o *existencialismo*, a *fenomenologia* e a *dialética*.

Pedagogia do oprimido foi escrito no fim dos anos de 1960, no período em que Freire esteve exilado em Santiago do Chile. Nessa obra, sem abandonar o humanismo característico dos seus primeiros escritos, Freire incorporará a perspectiva dialética em sua reflexão sobre a hominização, a educação, a opressão e a transformação.

Nas análises que propõe sobre a condição de opressão, ele destaca que a principal problemática do oprimido reside no fato de ele hospedar valores, ideais e interesses, incluindo necessidades dos opressores em sua consciência, o que impediria a percepção de uma condição de subalternidade e opressão. Essa experiência seria naturalizada e vivida como algo que se refere a uma espécie de essência universal, e a possibilidade de uma análise crítica seria temida, consistindo, assim, no que Freire chamou de medo da liberdade. Medo que se explicitará, por um lado, como afirmação do *status quo* e, por outro, como prescrição de um futuro predefinido. Esse processo, segundo Freire, explicaria a manutenção e a naturalização das relações de opressão. Freire dirá que isso não significa que os oprimidos não saibam

que são oprimidos – o problema é que estão demasiadamente imersos na situação de opressão, e reconhecerem-se como oprimidos não os levaria à superação da opressão, mas a uma aderência ao opressor.

Freire baseia-se na *Dialética do senhor e do escravo*, de Hegel, que descreve o processo pelo qual a luta das consciências pelo mútuo reconhecimento leva à dominação de uma pessoa por outra. Para Freire, um dos elementos básicos na mediação opressor-oprimido é a prescrição, pois impõe a opção de uma consciência a outra e faz o comportamento dos oprimidos ser prescrito, levando-os a temer a liberdade. Essa situação exigiria que os oprimidos, ao expulsarem os valores, as crenças e as prescrições do opressor de sua consciência, preenchessem o vazio com a sua autonomia. Essa compreensão dialética rompe radicalmente com perspectivas dicotômicas e essencialistas das situações de opressão. Freire adotará a dialética e criticará o idealismo presente na interpretação hegeliana do processo histórico e da formação da consciência, reforçando a importância das bases materiais e históricas para a formação da consciência.

Mas como sair dessa condição? Para Freire, é a conscientização da situação de opressão por parte do oprimido que marca o princípio dessa emancipação, e esse processo só poderá ocorrer por meio de uma pedagogia *com* o oprimido e não *para* o oprimido. Freire faz uma crítica aos modelos de educação que consideram que os educandos são recipientes vazios que deverão ser “enchidos” pelos conteúdos comunicados, narrações dos educadores, num processo de arquivamento, sem transformação e reflexão crítica. Nessa educação bancária, o “saber” é uma doação daqueles que se julgam sábios.

O que Freire propõe é o diálogo, a interação e a participação para a superação da condição da opressão. Ao longo de sua obra, essa posição ganha interpretações mais contundentes sobre as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira, e a análise do conflito e do antagonismo vai ganhando centralidade na compreensão da condição de opressão.

Sabemos que a convocação da participação como lugar por excelência da emancipação ganha, muitas vezes, um sentido demagógico por meio da recorrente utilização dessa noção para, no fundo, legitimar as ações que seguem sendo prescritivas dos modos de viver e pensar. Freire critica essas posições do *pseudodiálogo* e propõe a ação dialógica. A compreensão da ação dialógica pelo autor sofrerá modificações ao longo da sua obra: de uma visão mais idealista e romântica, Freire passará a considerar as lutas sociais como caminho para a transformação social, o que é, em última instância, a luta pela emancipação. Aos poucos, essa emancipação deixará de ser um ponto fixo de chegada para se transformar em processo permanente de libertação.

Esse desvelamento do mundo da opressão refere-se ao processo de conscientização, e o processo permanente de libertação refere-se à dimensão da utopia e da esperança no pensamento de Paulo Freire. Para ele, a consciência é a capacidade dos seres humanos de se distanciarem das coisas para fazê-las presentes. É essa condição de tomada de consciência como *ser-no-mundo* e *ser-com-o-mundo* que define o processo de humanização – a humanização é o pressuposto para a emancipação e a sua utopia. Um aspecto relevante é que esse processo, para Freire, não pode ser vivido de forma isolada, mas em coletividade, em interação, reforçando a importância do contexto social e dos aspectos materiais para analisar as desigualdades e realizar a sua transformação.

Que suas ideias não sejam esquecidas e, mais que isso, que sejam debatidas, analisadas e postas em prática, em um exercício contínuo de liberdade. Obrigada, Paulo Freire!

*Parte deste texto foi retirada do artigo *Revisitando a pedagogia do oprimido: contribuições à psicologia social comunitária*, publicado pela autora em 2007

**Professora do Departamento de Psicologia da Fafich e pró-reitora de Extensão da UFMG

HERDEIROS de FREIRE

Homenagem ao educador marca a 20ª edição da Jornada de Extensão

Eduardo Maia

Em seu segundo ano em formato remoto, a Jornada de Extensão terá caráter comemorativo – o evento chega à 20ª edição – e prestará homenagem especial a um dos mais importantes intelectuais do século passado: o educador e filósofo Paulo Freire.

Com o tema *20 anos da Jornada de Extensão e centenário de Paulo Freire – extensão para a autonomia, o diálogo e a esperança*, a programação do evento terá, entre as novidades, um concurso, que pré-selecionou 119 vídeos que estão publicados e exibidos no [site da Jornada](#). Três trabalhos de áreas distintas serão escolhidos em votação popular e apresentados no dia 16 de junho.

Além da apresentação pelos estudantes das três atividades mais bem votadas, estão previstas atrações culturais e debate. O evento será transmitido a partir das 15h, pelo [canal da Pró-reitoria de Extensão no YouTube](#). Os interessados em participar como ouvintes devem se inscrever por meio de [formulário próprio](#). Todos os inscritos recebem certificados.

O objetivo da Jornada de Extensão é promover a troca de conhecimentos, estimular novas iniciativas e aproximar ações com temáticas semelhantes, integrando estudantes, coordenadores e a comunidade externa. O encontro também reúne alunos voluntários, professores e servidores técnico-administrativos, assim como membros das comunidades parceiras dos programas e projetos.

A cada ano, o evento aborda um tema relacionado às diretrizes da extensão universitária. Os trabalhos são distribuídos nas áreas de Educação, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Na edição comemorativa, os discentes se mobilizaram para realizar o concurso, cuja chamada para inscrições foi lançada no dia 13 de maio. Nos vídeos inscritos, os extensionistas explicaram como os princípios propostos por Paulo Freire – autonomia, diálogo e esperança – se materializam na ação da qual participam e como as atividades têm sido desenvolvidas durante o isolamento social provocado pela pandemia de covid-19. Foi demonstrada, ainda, a articulação desses princípios em prol do diálogo da Universidade com a sociedade.

O poder do diálogo

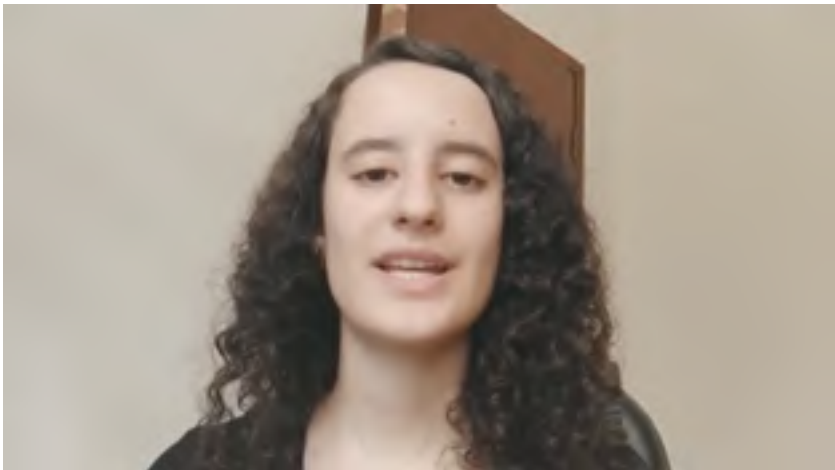
Uma das 119 ações que inscreveram vídeo é o Observatório da Saúde da Criança e do Adolescente (Observaped), programa da Faculdade de Medicina da UFMG representado pelos estudantes Felipe Moraes do Prado, Larissa Marques da Fonseca, Maria Eliza Drumond Souza e Júlia Assis Rodrigues. Eles tratam de um problema muitas vezes negligenciado no Brasil: o grande número de óbitos de crianças menores de 14 anos provocados por acidentes.

“Utilizamos o poder das mídias sociais para expandir os saberes e compartilhar conteúdo de qualidade com nossos seguidores, que podem ocupar posição de autonomia diante do saber. O diálogo é baseado nas vivências pessoais que são compartilhadas entre os usuários. Posts são publicados semanalmente no Instagram com

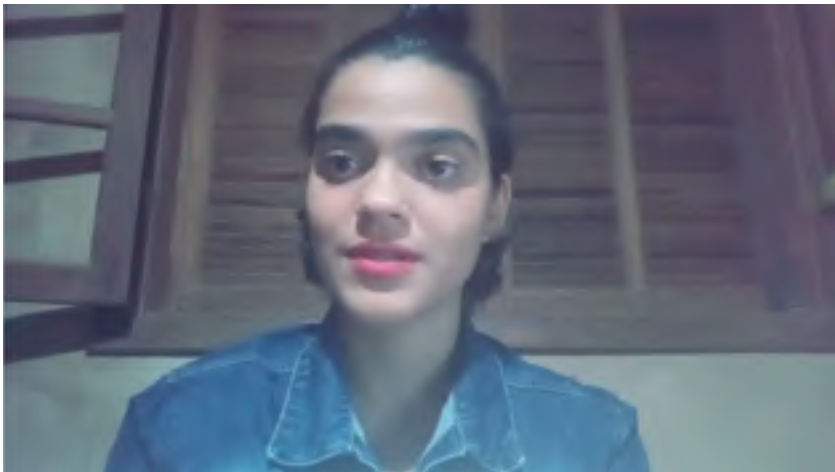
o intuito de auxiliar, tranquilizar e explicar medidas de saúde que poderiam ser adotadas dentro de casa”, relata Felipe.

Outra atividade descrita é a *Inspirati*, iniciativa do programa 1.000 Futuros Cientistas, vinculada ao Departamento de Química do Instituto de Ciências Exatas (ICEx) da UFMG. De acordo com a estudante de Engenharia Química Isabela Correia Costa, as atividades desenvolvidas lançam mão da proposta freiriana “ao promover a interação entre a Universidade a educação básica e despertar, nos alunos das escolas de Belo Horizonte e região, o interesse pela ciência”.

A estudante Bruna Myrela de Almeida Santos, do Instituto de Ciências Agrárias (ICA), também vê no evento uma ótima oportunidade de tornar mais conhecidos os resultados do projeto *Solos na escola*. Segundo Bruna, os princípios de Freire estão presentes no projeto por meio da maneira como são pensadas e conduzidas as atividades. “Os materiais didáticos que elaboramos são trabalhados nas escolas de Montes Claros. Esses materiais levam em consideração a realidade dos alunos dessas instituições, de modo que existe uma troca mútua de saberes, e não somente de transferência de conhecimento”, explica a discente, matriculada no sétimo período do curso de Agronomia.



Isabela Correia Costa: princípios de Freire despertam interesse pela ciência em alunos da educação básica



Bruna Myrela, do ICA, relata, na 20ª Jornada de Extensão, a experiência do projeto Solos na escola

O CÉU sob as lentes FREIREANAS

Curso de extensão para professores que ensinam astronomia no ensino básico valoriza a cultura e o conhecimento prévio do participante

Teresa Sanches

“Os conceitos da física utilizados na astronomia são ensinados por meio de uma linguagem simples e acessível, o que tem aproximado os temas da nossa vivência com o resgate da memória do conhecimento de nossos pais e avós relacionado à área. Com base em leituras, atividades práticas e na partilha de experiências, despertamos no aprendiz o senso crítico, promovendo ampliação da sua consciência social e autonomia”.

O relato, que poderia ser de um jovem estudante da educação básica, é de Fernanda Luiza de Souza, professora de física, atuante em duas escolas de ensino médio e na Educação de Jovens e Adultos da Zona da Mata Mineira. Surpreendida pela pedagogia libertadora de Paulo Freire, como centenas de outros colegas de vários cantos do Brasil e da Bolívia, Fernanda está redescobrando o valor de sua cultura na desafiante jornada, na qual “quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”.

Esse postulado freireano, traçado por meio da valorização do conhecimento prévio de cada sujeito, que se transforma em questionamento das situações cotidianas e é aplicado na prática, tem-se revelado uma surpresa pedagógica do curso de extensão *Astronomia nas culturas e nas escolas*, ofertado de forma virtual, pela Faculdade de Educação, para professores da educação básica.

Os questionamentos apresentados pelos professores constituem o cerne da própria formação, e essa experiência pode ser levada para as salas de aula. “Quando um professor abre espaço para que seus alunos questionem temas sobre os quais não têm domínio, essa problematização amplia as possibilidades de investigação, e ele se coloca na posição de educando, para a construção conjunta de uma verdade”, comenta o professor Juarez Valadares, que integra a equipe de coordenação do curso.

Mão na massa

Nessa perspectiva, a professora de ciências Érica Diniz Abrantes Gonçalves, da Escola Municipal Iva Lira Correia, em Itatibaia, no interior da Paraíba, sustenta que “olhar para o céu não será mais perda de tempo e ganha novo significado com perspectivas surpreendentes”. Isso se reflete tanto na participação entusiasmada de seus alunos na Olimpíada Brasileira de Astronomia quanto no plantio de quintais produtivos pela turma

da colega mineira Fernanda de Souza, da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, em Barra Longa.

“A astronomia é uma área muito atrativa para os estudantes e não é contemplada com profundidade na formação de professores, embora conste como conteúdo disciplinar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, observa Érica, também bióloga e mestre em ciência e tecnologia ambiental. Ela conta que, ao iniciar sua carreira como professora de ciências do ensino fundamental, teve de adaptar sua didática, suas leituras e até sua visão de mundo. Agora, com o curso de extensão, tem descoberto como as diferentes culturas podem ser aplicadas na escola onde está criando um clube de astronomia.

“A metodologia de Paulo Freire é isso mesmo, não podemos ficar apenas na parte teórica, mas partir para a famosa ‘mão na massa’. Estou aprendendo muito com as atividades propostas pelo curso, pois, diferentemente do que imaginei, ele é muito dinâmico no formato virtual. Está sendo um divisor de águas em minha formação”, afirma Érica Gonçalves.

A professora de ciências Maria Joselma Ferreira Silva, da Escola Estadual Santo Antônio, no Distrito de Boa Sorte, em São João do Paraíso, Norte de Minas, concorda com a colega: “Partimos da premissa de que os professores devem acolher o conhecimento prévio dos alunos de forma a valorizar a sua

cultura, a sua localidade e a sua experiência de vida para planejar as aulas e, assim, torná-las mais atrativas. Fiquei maravilhada ao descobrir que, utilizando apenas um objeto ou fruta esférica, é possível acompanhar todas as fases da Lua. Para isso, bastam observação e disciplina”, ensina.

Desdobramentos

O curso é parte do projeto de pesquisa de pós-doutorado do professor Leonardo Marques Soares, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), e é vinculado ao projeto *Currículo remoto ou próximo? Pensando o planejamento e a seleção de conteúdos a partir de Paulo Freire*, da Faculdade de Educação. A coordenação, de caráter colegiado, é dos professores Juarez Valadares, Leonardo Marques e Waldir Cardoso, da PUC-SP, além de três estudantes voluntários da graduação.

Os conteúdos ensinados durante o curso, as atividades práticas – como o uso dos calendários lunar e solar – o material on-line disponibilizado e os relatos de experiências dos participantes estão sendo organizados em um livro, que será publicado para acesso livre. Os coordenadores também estão aproveitando a experiência extensionista para produzir artigos sobre dados e informações compartilhadas pela turma. A expectativa, segundo Juarez Valadares, é que novas turmas sejam ofertadas no segundo semestre.



Alunas da professora Érica, de Itatibaiana (PB): astronomia desperta interesse, mas ocupa espaço secundário na formação de professores

O CAMPO enfrenta a PANDEMIA

Pesquisadores, agricultores e estudantes de Montes Claros criam alternativas para compartilhar saberes e manter atividades nas comunidades

Amanda Lelis

"Agricultura, a gente não pode desprezar! A agricultura é a vida nossa, a gente tem que incentivar, porque sem ela a vida não tem sentido nenhum". A reflexão de João Francisco Gomes, agricultor e docente camponês do Sítio do Saluzinho, programa de extensão desenvolvido há nove anos no Instituto de Ciências Agrárias, em Montes Claros, pode ser interpretada como uma carta de princípios que orienta a iniciativa mesmo durante a pandemia de covid-19, que forçou a suspensão das atividades presenciais.

A iniciativa une ensino, pesquisa e extensão para compartilhar os valores e conhecimentos camponeses com estudantes do ensino fundamental do município. Desde 2013, o espaço recebeu cerca de sete mil estudantes de Montes Claros, número que corresponde a 25% das crianças matriculadas atualmente na rede pública de ensino do município. O Saluzinho, que ocupa dois hectares no campus regional da UFMG, recria a atmosfera de um sítio e o modo de vida camponês. Ao lado de João Gomes, outros agricultores, professores, alunos e técnicos da UFMG trabalham juntos, ministrando oficinas para estudantes.

A professora Flávia Galizoni, uma das idealizadoras do projeto, explica que ele funciona como um "museu vivo", um centro de referência da cultura material da agricultura familiar. Suas atividades são gerenciadas pela equipe do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers (PPJ). "O Núcleo é uma rede que articula professores, estudantes, profissionais e associações da sociedade civil vinculadas à agricultura familiar", explica a professora. "Buscamos integrar pesquisa e extensão e unir o conhecimento acadêmico ao saber camponês", completou.

Em Montes Claros, as aulas de educação básica estão sendo realizadas remotamente, como explica Cícera Pereira da Silva, diretora da Escola Estadual Dr. João Alves, onde estão matriculadas cerca de 800 crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. "A adaptação do presencial para o remoto não foi fácil, mas a parceria e os trabalhos precisam continuar. É importante para a escola o que a Universidade traz, pois seus conteúdos não são abordados nos livros didáticos", afirma.

"A pandemia foi um grande baque, pois não queríamos perder o vínculo estabelecido presencialmente. Foi difícil para as escolas,



Saberes tradicionais e acadêmicos se completam no Sítio do Saluzinho, em Montes Claros

para os acadêmicos bolsistas e voluntários e também para os camponeses", destaca a diretora. A solução encontrada foi desenvolvida em conjunto entre as equipes da Universidade, os camponeses participantes do projeto e as escolas. Desde o fim de 2020, o projeto produz um boletim com informações, exercícios e curiosidades sobre agricultura familiar e vídeos que são repassados à escola para inclusão no conteúdo de rotina.

"Isso não se compara à visita, que é muito esperada por todos os estudantes, mas sabemos que, neste momento, ela não é possível. Os professores trabalham o boletim em uma aula. O conteúdo é visto dentro de alguma disciplina e alcança as famílias", destaca Cícera.

Um dos mestres que compartilham os saberes tradicionais da cultura imaterial camponesa, João Gomes demonstra preocupação com o que considera excesso de tecnologia na vida das crianças. "Às vezes, não há estímulo para as crianças fora da tecnologia, e isso é ruim. Não sou contra a tecnologia, mas não podemos descartar o tradicional, o conhecimento e a prática", enfatiza.

Pesquisa

Para analisar os efeitos da covid-19 sobre a agricultura familiar, o Núcleo PPJ iniciou, em 2020, projeto que alia pesquisa e extensão e busca analisar entraves vivenciados por agricultores e agricultoras do Vale do Jequitinhonha durante a pandemia. Já

foram realizadas entrevistas para coleta de dados com representantes de agricultores familiares, gestores públicos e representantes de organizações da sociedade civil de dez municípios.

Ainda preliminares, os resultados da pesquisa já se configuram em três vertentes principais. A primeira mostra que grande parte do público participante do projeto é de baixa renda, tem dificuldade de acesso aos serviços de transporte e de telefonia e internet nas áreas rurais. A segunda é o fenômeno da migração de retorno para os locais de origem no período de pandemia, gerando pressão sobre os serviços de saúde e assistência social. Por fim, a terceira vertente indica a dificuldade do poder público municipal de propor ações e articular programas para atender às demandas da agricultura familiar e da população camponesa.

"O que percebemos é que as políticas públicas são fundamentais, principalmente aquelas que têm mecanismos de interseção com o ambiente local, pois a pandemia apresenta faces muito diferentes na cidade e no campo", explica a professora Flávia Galizoni.

O projeto é apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido em parceria com o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), com o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e com o Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha (Itavale).

'Mestre não é quem sempre **ENSINA**, mas quem, de repente, **APRENDE**'

Cursinho Guimarães Rosa ajuda jovens de baixa renda a ingressar na UFMG

Luana Macieira

Esther Tomaz de Matos, moradora do bairro Juliana, na periferia de Belo Horizonte, sempre gostou de ajudar os outros. Quando brincava, fingia conversar com as bonecas, a quem dava conselhos. Hoje, aos 18 anos e depois de concluir o ensino médio, a jovem decidiu fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para tentar uma vaga no curso de psicologia da UFMG. Esther quer ser aprovada na universidade pública porque não tem condições de pagar as mensalidades de uma instituição privada. A dificuldade financeira mostrou-se um obstáculo no momento em que a jovem começou a se preparar para as provas. Como passar na UFMG sem fazer um cursinho preparatório de qualidade?

A esperança de Esther apareceu no início deste ano, quando a jovem descobriu que a UFMG oferecia alguns cursinhos populares de preparação para o Enem. Depois da seleção, que ocorreu por meio de uma redação e de sorteio, ela conseguiu uma vaga no Cursinho Popular Guimarães Rosa. Trata-se de uma iniciativa da Faculdade de Medicina, conduzida por voluntários que são alunos de graduação e de pós-graduação da UFMG. O cursinho surgiu com o objetivo de preparar a comunidade para a realização do Enem, oferecendo aulas gratuitas para adolescentes de baixa renda que estudam em escolas públicas.

O Guimarães Rosa iniciou as atividades em 2019 e é um desdobramento de esforço empreendido pelos movimentos sociais em favor da democratização do ensino público. Segundo a professora Isabela Resende, do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da UFMG, coordenadora do curso juntamente com as professoras Aline Almei-



Arquivo pessoal

Sala de aula do cursinho Guimarães Rosa antes da pandemia

da Bentes e Daiana Elias Rodrigues, apesar de a Universidade já contar com outros cursos preparatórios populares, é emblemática a criação de um projeto como este no âmbito da Faculdade de Medicina.

“Por muitos anos, o curso de medicina foi frequentado por uma elite que vinha da rede particular de ensino e que tinha mais acesso à educação. É emblemático que alunos do curso, principalmente aqueles que entraram após o início do sistema de cotas, entendam a importância da ampliação do acesso e da mudança estrutural na universidade”, explica a professora.

Ela conta que a ideia foi dos alunos cotistas da Faculdade de Medicina, que a procuraram com a intenção de oferecer um curso popular que ajudasse jovens a ingres-

sar na universidade pública. Posteriormente, os cotistas “acabaram mobilizando os outros colegas, e isso ajudou a mudar a mentalidade de todos os alunos, que perceberam o quanto é enriquecedor que a Universidade e o curso de medicina tenham alunos de diversos perfis socioeconômicos”.

Sonho possível

Camila Sales Barros, estudante do quinto período de Medicina, é uma das fundadoras do cursinho. Ela considera que a sua trajetória exemplifica a importância desse tipo de iniciativa. Cotista, Camila ingressou na UFMG depois de frequentar o Cursinho Popular Equalizar, iniciativa da Escola de Engenharia. “Um aluno carente costuma achar que fazer medicina na UFMG é algo intangível. Ao me verem ali, os estudantes do cursinho se reconhecem e entendem que este é um sonho que pode ser alcançado, pois eu venho de uma realidade semelhante à deles”, diz a voluntária do Guimarães Rosa.

O nome do cursinho também não foi escolhido por acaso. A frase que dá título a esta reportagem, de autoria do escritor Guimarães Rosa, ilustra bem a proposta do projeto. O voluntário Lucas Giandoni Perez, estudante do oitavo período, destaca que, no Guimarães Rosa, o aprendizado é de via dupla: “Como voluntários, aprendemos a trabalhar em grupo e a lidar com o outro.

EM REDE

Para promover a democratização do acesso à universidade pública, a UFMG lançou, no ano passado, a Rede de Cursinhos Populares e Comunitários, iniciativa que busca ser um espaço de troca de experiências e intercâmbio de metodologias para potencializar a ação dos cursinhos na comunidade externa. A iniciativa reúne a Pró-reitoria de Extensão (Proex) e cursos populares que funcionam no âmbito da Universidade, como o Equalizar, da Escola de Engenharia, o Humanizar, da Fafich, o Guimarães Rosa, da Faculdade de Medicina, o Dom Quixote e o Pró-Imigrantes, ambos da Faculdade de Letras (Fale), o FaceEduca, da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), e o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), do Centro Pedagógico da UFMG.

Também crescemos como cidadãos. Além disso, focamos nossa atuação no campo da educação libertadora tão pregada por Paulo Freire, contribuindo, assim, para o processo emancipatório dos nossos alunos”.

Camila concorda que o ambiente do cursinho popular possibilita troca de experiências para todos. “Quando ingressa como aluno em um cursinho popular, você recebe um suporte que, muitas vezes, não teve na escola onde cursou o ensino médio. No cursinho, todos querem ajudar e torcem por você. Essa troca possibilita que os voluntários também aprendam e se desenvolvam, tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Transformamos vidas e somos transformados”, diz.

Adaptação na pandemia

Apesar de ter sido estruturado para aulas presenciais, o curso sofreu mudanças para se adaptar à realidade do ensino remoto imposta pela pandemia do Sars-CoV-2. As aulas são ministradas pelos 66 voluntários, e alguns deles também atuam como tutores, sendo responsáveis por contatos semanais com os alunos do cursinho. Nesse contato, eles tiram dúvidas e dão apoio aos estudantes, encaminhando-os para o atendimento psicológico, quando necessário.

“É muito legal porque os voluntários nos acompanham para saber como a gente está, se estamos dando conta de estudar todos os conteúdos e se estamos aflitos. Esse é um momento da vida de muito estresse e pressão, então o suporte que eles nos dão é maravilhoso. Eles nos ajudam a montar um cronograma de estudos e nos ensinam os melhores métodos de aprendizagem”, diz Esther Tomaz, a jovem que na infância dava conselho às suas bonecas e hoje pretende cursar Psicologia.



Camila em 2019: cursinho popular a ajudou a ingressar na Faculdade de Medicina; hoje, ela atua como voluntária no Guimarães Rosa



Esther aposta no cursinho para realizar o sonho de cursar psicologia

Esther conta que vive com os pais e os irmãos e que sua família não teria condições de pagar por um curso preparatório. Para a estudante, o cursinho popular é uma oportunidade única de se preparar para o Enem. “O Guimarães Rosa vai me ajudar a tentar a vaga no curso de psicologia da UFMG. Mesmo na pandemia, ele tem sido um alento. É complicado manter o foco a distância, mas os professores me ajudam demais. Eu adoro as aulas e fiquei maravilhada com os recursos. A gente acha que vai ser ruim por ser popular, mas é o contrário. Eu sou apaixonada pelos professores do Guimarães Rosa, eles colocam muito carinho e amor no que fazem”, elogia.

O Cursinho Guimarães Rosa também fornece apostilas doadas por um curso tradicional de Belo Horizonte a todos os alunos. O curso oferece aulas diárias e, tendo começado com apenas 20 vagas, já conta com 40 alunos em seu segundo ano de atividades. Na pandemia, os voluntários estão fazendo uma campanha para arrecadação de computadores para que os alunos tenham condições de assistir às aulas. Apesar de o curso ser uma iniciativa da Faculdade de Medicina, ele prepara estudantes interessados em todas as carreiras. A primeira turma, constituída no ano passado, teve dois aprovados na UFMG, nos cursos de Direito e de Comunicação Social.

“Nossa missão é ajudar os alunos jovens, carentes e de baixa renda a ingressar em uma universidade pública e de qualidade. Então é gratificante quando vemos a aprovação desses estudantes, é um sentimento de dever cumprido”, conclui a professora Isabela Resende.



Grupo de voluntários do cursinho: mudança de mentalidade

Ele tem **FOME** de quê?

Trupe A Torto e a Direito, dirigida pelo professor do TU e dramaturgo Fernando Limoeiro, recorre à arte popular nordestina para dar voz a quem não tem voz

Eduardo Maia

A arte como instrumento de mobilização, inclusão e transformação do ser humano arrebata Fernando Antônio de Melo desde a adolescência. Ator, diretor e autor, ele é professor do Teatro Universitário (TU) da UFMG desde 1986 e reside há mais de três décadas em Belo Horizonte.

Aqui, fincou suas raízes de Limoeiro – cidade do agreste de Pernambuco, em que cresceu e viveu o epicentro da efervescência cultural e artística das décadas de 60 e 70. De lá, trouxe a base cultural de sua formação como artista: o cordel, o teatro de bonecos, o circo, em especial, e os grandes mestres do teatro popular, como os dramaturgos Ariano Suassuna e Emílio Borba Filho.

O caldeirão de influências desse “pernambuco” forjou o teatro político da trupe A Torto e a Direito. Em 1998, a convite dos professores Menelick de Carvalho Netto e Miracy Gustin, fundadores e ex-coordenadores do programa Polos de Cidadania, da Faculdade de Direito da UFMG, Limoeiro foi chamado a dirigir um grupo de alunos da Faculdade, que trabalhava com a estética do Jurisdrama.

“Nascemos com a missão de ser a ‘voz do Polos’ e fazer teatro popular de mobilização social”, afirma Fernando Limoeiro. O grupo foi então batizado com o nome A Torto e a Direito pelo crítico teatral Sábado Magaldi, por ocasião de seminário sobre a obra de Nelson Rodrigues realizado no Teatro Francisco Nunes, e consolidou as influências do teatro do oprimido, de Augusto Boal, e do teatro épico e político, de Bertolt Brecht.

O professor do TU acreditou que teria uma passagem breve por lá. “Inicialmente ficaria um ano. Mas o teatro popular e de mobilização me ‘obrigou’ a não ‘arredar o pé’. Já se passaram 23 anos”, conta, com orgulho, o professor de interpretação e improvisação. Para ele, o “inusitado” explica sua longevidade no grupo que tem acompanhado e marcado sua carreira.

O mestre Limoeiro, como é carinhosamente chamado por seus alunos, afirma que “sempre teve vocação extensionista”. Ele contribuiu para a formação de vários grupos teatrais e de artistas, sobretudo os integrantes da trupe, que hoje têm, entre suas marcas, a transdisciplinaridade. O grupo reúne alunos dos cursos de Teatro, Direito, Psicologia e Ciências Sociais da UFMG. “Embora considere fundamental a formação acadêmica, eu acredito na máxima de que ‘teatro se aprende fazendo’”, diz o dramaturgo.



Arquivo Trupe A Torto e a Direito

Limoeiro e atores da trupe A Torto e a Direito: teatro como instrumento de inclusão e cidadania

O excluído em cena

A trupe trabalha principalmente com duas linguagens do teatro popular nordestino: os esquetes circenses melodramáticos e o teatro de bonecos – que ganhou o nome de mamulengo *Mandacaru sonhador*. Ambas as linguagens têm o mesmo objetivo: problematizar temas complexos e sensibilizar criticamente grupos sociais em situação de exclusão. Os trabalhos tratam aberta e coletivamente de realidades vivenciadas nas comunidades, mas de uma maneira lúdica e cômica. “O riso é uma ‘arma’, e não abrimos mão dela. Ele tem a capacidade de ‘cortar sem sangrar’”, defende Limoeiro.

O diretor ressalta que o processo de criação deve levar em consideração o teatro como instrumento de inclusão e cidadania de pessoas que enfrentam situações de violação de direitos humanos. “O teatro é feito com elas, que se enxergam nas situações dramatizadas. Buscamos abordar seu ponto de vista, dando voz a quem não tem voz. O resultado disso, acrescenta, “é que realidade e ficção se misturam, e o espectador sai do espetáculo modificado e incentivado a enfrentar aquela realidade”.

As peças nascem de demandas identificadas pelos núcleos do Polos em comunidades, aglomerados, vilas e favelas da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Por meio do diálogo e da compreensão dos problemas específicos de cada local, a trupe cria e monta as peças, que abordam temas como tráfico de

drogas, violência, agressão contra a mulher, abuso sexual infantil e a situação de pessoas atingidas pelas atividades das mineradoras. Muitos esquetes são encenados nas próprias comunidades.

Por conta da pandemia e do isolamento social, o grupo foi impedido de realizar trabalhos presencialmente. No entanto, a trupe tem lançado mão das tecnologias para exibir esquetes em lives no Instagram. Atualmente, os artistas produzem a radionovela *Histórias que a rua conta*, que será disponibilizada para a população em situação de rua e nas plataformas e redes sociais.

Inspiração

Fernando Limoeiro revela que a origem de todo o seu trabalho como artista veio, sobretudo, da literatura de cordel. Mais precisamente da feira de Limoeiro, a qual frequentava, na adolescência, em companhia da mãe. Ali, via e ouvia o cordelista de bancada, “Manuel Sabe Lê”, que vendia cordéis próprios e de outros poetas. “Ele parava no meio da leitura e dizia: ‘quem quiser ouvir o resto, que compre o cordel’”, recorda-se Limoeiro, que se sentiu provocado pelas performances do cordelista: “Que outra fome é essa que a poesia mata e transcende a fome física? O matuto analfabeto vem para cidade com pouco dinheiro para comprar comida. Porém, faz questão de comprar e levar seu cordel”. Fernando Limoeiro quis, então, descobrir essa fome e matá-la. Não parou mais.

Aula de **DIVERSIDADE**

Curso estimula a construção de projetos de inclusão e cidadania no âmbito da Educação de Jovens e Adultos

Matheus Espíndola

A professora Macilene dos Santos, que leciona para detentos em uma escola de Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, integrou a primeira turma da *Formação continuada com trabalhadores da rede estadual de Minas Gerais na Educação de Jovens e Adultos* (Creeja). Ela viu no curso uma maneira de intervir positivamente na realidade de seus alunos. “Um novo universo se abriu mediante o acesso a infinitas possibilidades de auxiliar pessoas em sua jornada acadêmica, encorajá-las a pensar e valorizar o seu saber”, testemunhou a professora em depoimento publicado em plataforma virtual do curso.

Oferecida desde o ano passado pela Faculdade de Educação (FaE), a formação, gratuita e remota, é coordenada pela professora Analise de Jesus da Silva, do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino. “Seu principal objetivo é contribuir, teórica e metodologicamente, com a construção de saberes necessários à prática e à gestão pedagógica de educadores na EJA”, informa.

O curso foi idealizado com vistas a promover o diálogo entre os trabalhadores mediante as dificuldades que emergiram no contexto da pandemia do novo coronavírus, em especial em relação à garantia da permanência e do êxito nos espaços formativos educacionais. “Nós nos propusemos a colaborar na construção coletiva de possibilidades para que o trabalho remoto emergencial não fosse precarizado e pudesse favorecer a apropriação dos conteúdos pelos educandos, de maneira a transformar suas realidades”, relata Analise Silva, que, ao longo de 21 anos, atuou como docente na EJA em redes públicas. “Atualmente, pesquiso, ensino, escrevo e milito neste campo do conhecimento”, contextualiza.

O Creeja tem vagas destinadas a todos os trabalhadores em educação da rede estadual que lidam com ensino de jovens e adultos em escolas estaduais, nos Centros Estaduais de Educação Continuada (Cesec) e nas equipes pedagógicas das superintendências regionais de ensino.

Integram o conteúdo do curso a história, a concepção, os sujeitos, as políticas públicas, o currículo e a avaliação na EJA. A carga horária é de 60 horas. As atividades são organizadas em 15 encontros síncronos, às sextas-feiras, das 18h45 às 21h. Para ser certificado pela UFMG, o cursista deve ter, no mínimo, 75% de presença nos encontros, entregar as avaliações e apresentar o trabalho final.

Múltiplas histórias

“A sala é uma verdadeira aula de diversidade. Nela, concentram-se várias histórias, conceitos, preconceitos, medos, fantasias e vidas”, opina a professora Rosana Vieira Braga, egressa do Creeja. A docente Márcia Marina Simões, da Escola Estadual Mestre Sebastião Jorge, em Conceição do Mato Dentro, tem uma relação estreita com a educação de jovens e adultos, e o curso ofertado pela

UFMG reforçou esse laço. “Aprendi e entendi muitas coisas que antes não sabia. Trabalhar na EJA é a minha melhor escolha. Amo lidar com pessoas que têm uma bagagem imensa, como esses alunos. A nossa missão é ajudá-los a perceber esse valor que nem eles mesmos sabem que têm”, afirmou Márcia Simões na mesma plataforma.

A emancipação social e humana, que leva as pessoas a se reconhecerem como detentores de direitos, é justamente um dos alvos da formação escolar, como salienta a coordenadora Analise Silva. “A educação é instrumento de formação plena e de luta por cidadania. Os professores devem ser preparados para a responsabilidade de construir um projeto de inclusão”, observa.

De acordo com Analise Silva, a primeira turma deixa como legado planos de ação extremamente consistentes, com mais de 100 temas de trabalho propostos. “Daria para escrever um artigo acadêmico para abordar a riqueza dos trabalhos tanto por sua forma quanto pelas propostas trazidas. Os poucos planos de ação que apresentavam equívocos conceituais foram corrigidos e devidamente repostados”, afirma.

Um total de 3.540 pessoas formou-se na primeira turma. Novas inscrições ocorrerão em novembro de 2021. O curso é oferecido pelo Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (Fepemg), pela linha de EJA no Mestrado Profissional Educação e Docência da UFMG (Promestre), pelo Núcleo de EJA: Pesquisa e Formação (Neja), da FaE, e pelo Editorial EJA do projeto Pensar a Educação, Pensar o Brasil, integrado por professores da UFMG.

As atividades síncronas devem ser acompanhadas pelos [canais da Fepemg](#) ou [do Estúdio Educação MG no YouTube](#). Os materiais e leituras indicados estão disponíveis no [blog do Creeja](#).



Analise Silva, que durante 21 anos atuou como docente no ensino de jovens e adultos

ANGICOS VIVE

Faculdade de Educação programou várias atividades para celebrar o centenário de Paulo Freire; especialistas analisam a sua obra e a experiência de alfabetização de adultos no Rio Grande do Norte

Ewerton Martins Ribeiro

Se Paulo Freire é considerado um dos mais notáveis educadores do mundo, a imagem mais exemplar do seu pensamento é o revolucionário método de alfabetização de adultos que desenvolveu. Ele se baseia, entre outras coisas, em aulas focadas em “situações-problema”, nas quais são estimulados a participação e o posicionamento crítico do educando, de modo que o adulto se educa mediante a discussão de suas experiências de vida com outros indivíduos que partilham dessas mesmas vivências ou de outras semelhantes.

O método foi adotado em Angicos, no Rio Grande do Norte, nos primeiros anos da década de 1960, por meio de convênio realizado entre universidade e Estado. Na ocasião, cerca de três centenas de trabalhadores rurais e seus familiares – todos de baixa renda ou mesmo sem renda alguma – foram alfabetizados em cursos de 40 horas, em apenas 45 dias. O trabalho foi coordenado pelo próprio Paulo Freire, que, em razão do sucesso dessa experiência pioneira, foi convidado pelo governo brasileiro a repensar a alfabetização de adultos em âmbito nacional.

Pouco tempo depois, cairia sobre o país e sobre a campanha nacional de alfabetização de João Goulart a ditadura civil-militar (1964-1985), que puniria as experiências de Paulo Freire e muitos dos seus participantes e levaria o próprio educador à prisão e ao exílio. No momento de uma particular coincidência – em que as perspectivas de uma educação pública, gratuita, de qualidade e libertadora do país são novamente ameaçadas –, comemora-se o centenário de Paulo Freire, que será completado no dia 19 de setembro.

Em janeiro, a direção da Faculdade de Educação (FaE) instituiu comissão para coordenar as celebrações na Universidade. “Ela é composta de professores, servidores técnico-administrativos e estudantes. Por meio dela, temos procurado canalizar e articular diversas atividades neste ano”, explica a professora Lúcia Helena Alvarez Leite, uma de suas integrantes. “De imediato, temos trabalhado, sobretudo, com ‘círculos



Paulo Freire: condenação ao exílio por conta do método que criou

de cultura’ mensais [webinários inspirados no modo de “aula” de Paulo Freire]. Dois já foram realizados neste ano. Também temos participado de lives e debates, buscando socializar o pensamento do Paulo Freire com o público em geral, e organizado as ‘pílulas freireanas’, pequenas atividades culturais relacionadas à sua obra”.

As atividades realizadas pela comissão são divulgadas no site da Faculdade de Educação, na aba relativa ao centenário do educador. Lá, por exemplo, há informações sobre uma chamada de artigos aberta para um dossiê sobre o centenário. O site também anuncia a oferta de formação transversal relacionada à obra de Paulo Freire no segundo semestre letivo de 2021. A comissão pode ser contatada pelo e-mail paulofreirefaeufmg@gmail.com.

Prática pedagógica é política

“Círculos de cultura” e uma relação horizontalizada entre aluno e professor, em substituição às tradicionais salas de aula, onde impera a hierarquia; palavras “geradoras” do processo educacional escolhidas com

base no universo cultural do educando, em vez das tradicionais cartilhas padronizadas; debate entre alunos, em vez de meras aulas expositivas; uso abundante de imagens. Todos esses recursos ajudam a entender o pioneirismo da experiência de Angicos e do método de Paulo Freire, mas ainda assim não dão a dimensão real da relevância da revolução iniciada – e logo interrompida – em Angicos.

“Para Paulo Freire, a educação é um ato político; portanto, um trabalho coletivo, que reeduca todos os sujeitos e autores envolvidos”, afirma o doutor em educação Moacir de Góes no *Dicionário Paulo Freire* (Autêntica, 2008). “Não são as teorias modernas ou os conceitos abstratos que educam. É a prática concreta que, sendo pensada à luz da teoria, transforma a realidade histórica de cada povo. Essa é, em suma, a pedagogia de Paulo Freire – uma práxis transformadora das estruturas e das pessoas.”

“Paulo Freire tinha o diálogo e a prática política como elementos fundamentais de construção de conhecimento”, acrescenta o professor, pesquisador e ativista social Sérgio

Haddad, na palestra que abriu as comemorações do centenário, em março deste ano. A conferência está gravada no [canal da FaE no YouTube](#).

Na ocasião, Haddad falou sobre seu livro *O educador: um perfil de Paulo Freire* (Todavia, 2019). Na obra, ele recupera a experiência de alfabetização em Angicos e a perseguição que o pensador sofreu dos militares, sua prisão, seu exílio, sua fama internacional e seu celebrado retorno ao Brasil após a anistia.

“Chamo [o método do Paulo Freire] de ‘prática política’ porque, para ele, a prática pedagógica nunca é neutra, ela é sempre uma prática intencionada; ela sempre tem por objetivo alguma coisa que está na mão do educador e que se ‘refaz’ por meio do diálogo com o educando. Para Freire, é a prática que dá o tom do pensamento crítico das pessoas, do seu conhecimento. Não que ele desprezasse a teoria, mas ele sempre foi muito crítico em relação à teoria que se reduz apenas a conceitos que os alunos decoram e vão tentar, depois, aplicar na realidade”, disse Haddad.



Capa de *Pedagogia do oprimido*, a mais conhecida obra do educador

Emancipação, autonomia: liberdade

Professora da FaE conta como conheceu o universo do educador e diz que viver Paulo Freire é a melhor forma de homenageá-lo

“A autonomia é uma das categorias centrais na obra de Paulo Freire”, pontua a professora Rita de Cássia de Fraga Machado, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). “Para Paulo Freire, autonomia é libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um tempo de possibilidades”, reforça a professora. E acrescenta: “A autonomia é experiência da liberdade”.

Rita de Cássia afirma, ainda, recorrendo à *Pedagogia da autonomia*, de 1996, último livro publicado por Freire em vida: “Uma tarefa fundamental no ato de educar, ligada a outros princípios basilares da prática educativa, seria fundamentalmente [fomentar] a autonomia do direito pessoal na construção de uma sociedade democrática que a todos respeita e dignifica”.

No verbete *Método Paulo Freire*, Carlos Rodrigues Brandão resume a proposta do patrono da educação brasileira, lembrando a experiência de Angicos: “Em um primeiro momento, com a ajuda de uma pessoa alfabetizada e devidamente treinada para ser um acompanhante do grupo, os componentes do círculo de cultura eram incentivados a realizar atividades destinadas a um primeiro conhecimento de sua própria comunidade e a elaborar, com base em uma pesquisa do universo vocabular e do universo temático, o próprio material com que a seguir realizariam o seu aprendizado”, ele explica. Em seguida, desse material eram extraídas as

palavras geradoras e o universo temático que serviria de matéria-prima ao processo educacional.

“Diferentes fichas e pequenos cartazes eram coletivamente elaborados com os recursos locais e com a participação de todas as pessoas”, explica Carlos Rodrigues. Em seguida, reunidos em um círculo, em que o monitor ocupava um dos lugares equidistantes de um mesmo centro e em que as pessoas ficavam umas ao lado das outras, todos eram motivados a participar de um livre debate, incentivados pela apresentação de uma sequência de fichas de cultura, que iam sendo interpretadas com base nas memórias e experiências de vida de cada um. A alfabetização, propriamente dita, só começava aí. “Todos os procedimentos de comparação entre desempenhos eram abolidos”, afirma Rodrigues.

Porta de entrada

“Eu tive meu primeiro contato com [o pensamento de] Paulo Freire ainda jovem, quando fui trabalhar no norte do Mato Grosso, na região de São Félix do Araguaia, com educação no campo”, conta Lúcia Helena Alvarez Leite. “Ali, pude perceber como a realidade cultural daqueles camponeses era tão distinta da minha, uma pessoa da cidade grande, formada na universidade. Essa experiência foi uma porta de entrada para o universo de Paulo Freire, pois pude perceber a importância de entender os camponeses

como sujeitos socioculturais; compreender, de modo geral, os nossos educandos também como sujeitos de saberes – saberes que eles trazem da própria experiência”, afirma a professora.

Provocada a sugerir obras representativas do pensamento de Paulo Freire, Lucinha, como é conhecida a professora da FaE, vai direto ao livro mais famoso do pensador, *Pedagogia do oprimido*. “Não é o livro mais fácil do Paulo Freire, mas eu acho que ele traz ali um pensamento muito claro de [por que é importante fomentar] uma pedagogia ‘do’ oprimido, e não uma pedagogia ‘com’ nem ‘para’ o oprimido. Outro livro de que gosto muito, lançado já depois da sua morte, é *Pedagogia da indignação*. Nele, Paulo Freire escreve algumas cartas em que revela seu inconformismo com a realidade [de seu tempo], algo que tem muito a ver com a nossa realidade atual. Por fim, indico *Pedagogia da autonomia*, livro bem didático e pensado para professores”, sugere Lúcia Alvarez.

“Mais importante do que ler Paulo Freire é, em seguida, viver Paulo Freire: conseguir, no dia a dia, compreender e realizar, na prática, uma educação emancipadora, uma educação para a liberdade, e não uma educação para a dominação, para a opressão, uma educação ‘bancária’. Viver Paulo Freire é o maior presente que podemos dar a ele neste centenário. É o que estamos tentando fazer na FaE, na UFMG e nos movimentos sociais”, conclui a professora.

SEGUIR sempre e MUDAR quando necessário

O professor Edison Corrêa, da Medicina, que aos 79 anos segue fazendo extensão, baseou sua trajetória na busca por impactos relevantes nas comunidades

Itamar Rigueira Jr.

Ainda no início da carreira, o professor aposentado Edison Corrêa, da Faculdade de Medicina, foi convidado para implantar um projeto de atendimento a crianças e adolescentes em Engenheiro Dolabela, distrito de Bocaiúva, Norte de Minas. Ele nunca ouvira falar do povoado, mas, em dado momento, descobriu que estava a cinco minutos de carro do local onde ficava a comunidade de Granjas Reunidas do Norte de Minas, o arraial onde nasceu em 1942, pelas mãos de sua avó parteira, e de onde saiu ainda muito criança. Visitou o lugar, e a emoção provocada pela coincidência aumentou seu desejo de enveredar de vez pela extensão universitária.

O acaso ajudou, mas nem precisava. “O professor Edison é um apaixonado pela extensão e, por isso, sempre foi capaz de motivar e agregar as pessoas em torno dos projetos. Exerce uma liderança democrática, e sua ação transcende o mero assistencialismo”, afirma a professora Mara Vasconcelos, da Faculdade de Odontologia, que esteve com ele em muitas empreitadas, desde a década de 1980, em um projeto em Sabará. Ela também compôs a equipe da Pró-reitoria de Extensão no segundo mandato de Edison Corrêa à frente da Proex. Ele ocupou o cargo de 1998 a 2006.

Uma das primeiras e mais marcantes experiências do docente extensionista foi no Centro de Saúde Santa Maria, na capital. Ali, ele atuou por 13 anos, com consultas e apoio à creche comunitária e à associação de moradores. “Foi onde aprendi a linguagem do trabalho com a comunidade e comecei a escutar as pessoas sobre suas necessidades e a discutir com elas as soluções”, conta Edison Corrêa.



Corrêa: problemas da sociedade devem ser levados para a universidade

Fazer extensão, para Edison, é lidar com os problemas da sociedade e trazê-los para dentro da universidade. “Foi-se o tempo dos muros que separam as instituições de ensino do mundo lá fora”, ele sentencia. Uma palavra-chave no manual do professor é “impacto”. “Nosso trabalho precisa contribuir para transformar a vida das comunidades e também a própria universidade”, afirma Edison Corrêa, ressaltando também o valor da interdisciplinaridade e da simbiose da extensão com o ensino e a pesquisa.

Senso de justiça

Edison chegou a Belo Horizonte aos sete anos, depois de passar por diversas cidades mineiras com a família. Com os oito irmãos, frequentou escolas públicas e foi o primeiro a completar um curso superior – formou-se médico na UFMG. Tornou-se professor e, mais tarde, chefiou o Departamento de Pediatria, coordenou instâncias colegiadas e foi diretor da Faculdade. Ao mesmo tempo, manteve clínica própria. Aposentou-se em 2006, e até hoje trabalha no Núcleo de Educação em Saúde Coletiva, o Nescon, onde já ajudou a formar milhares de profissionais

de saúde especialistas, aptos a atuar em postos do interior e das periferias.

Casado pela segunda vez, com a psicóloga Patrícia Sousa Lima, Edison tem cinco filhos e cinco netos. Lê – seus prediletos são os clássicos e obras sobre cinema – e assiste a filmes nas pouquíssimas horas vagas. “Gosto muito do trabalho”, ele justifica. “Por isso, sinto tanta falta do convívio pré-pandemia.” O filho Luiz Claudio Corrêa, também médico, confirma: “Ele sempre foi muito dedicado e ficava muito tempo fora de casa. Não à toa, uma das

maiores alegrias dos filhos era ir buscá-lo na Faculdade ou no consultório e levá-lo para casa. Outra era assistir a jogos do Atlético no estádio”, recorda. Luiz exalta a capacidade didática do pai – que ele desfrutou em conversas sobre medicina e outros assuntos – e seu senso de justiça.

Edison Corrêa se orgulha de sua temporada como pró-reitor: entre outras iniciativas, apoiou a instituição de centros de extensão e memória, o Internato Rural, a alfabetização de jovens e adultos, e criou a rede dos museus e espaços de ciência da UFMG.

Ele é reconhecido também como um dos organizadores da rede nacional de extensão universitária. “Produzimos documentos de base para consolidar a política de extensão para todo o Brasil”, conta. Mas não se dá por satisfeito: autorizado pela bagagem de quem está no ramo há pelo menos 50 anos, quando se comoveu com uma feliz coincidência no Norte de Minas, ele recomenda que os documentos sejam constantemente atualizados. “É preciso rever e difundir as diretrizes. A memória deve ser lançada para o futuro. Recordar, afinal, serve para isto: seguir sempre e mudar quando necessário”.